

FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM PETROLINA-PE - VALE DO RIO SÃO FRANCISCO

THE FINANCIALIZATION OF NATURE AND WORK PRECARITY IN PETROLINA-PE - VALE OF RIO SÃO FRANCISCO

LA FINANCIACIÓN DE LA NATURALEZA Y LA PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO EN PETROLINA-PE-VALE DEL RIO SÃO FRANCISCO

Diego Pessoa Irineu de França¹
diego.pe.ssoa@hotmail.com

RESUMO

O processo de acumulação capitalista passou por um conjunto de transformações que merecem ser aprofundadas em suas principais singularidades. Partindo da totalidade social, não podemos ofuscar o caráter descontínuo e as articulações repercutidas nos territórios. Eis um eixo do presente texto: estabelecer uma linha interpretativa entre as formas de acumulação contemporâneas e a mercantilização da natureza, responsáveis por intensificar a precariedade da *classe-que-vive-do-trabalho*. Da *financeirização* surge uma nova geografia da produção do *valor*, à medida que a exportação geográfica de capitais amplia as privatizações dos bens comuns, a produção desigual dos territórios e as expropriações, reforçando os conflitos territoriais entre os sujeitos as empresas de fruticultura mundializada, no semiárido nordestino. Os dados secundários e primários, perscrutados à luz de um léxico teórico, conseguem evidenciar as repercussões territoriais da crise do capital.

Palavras-chave: Financeirização; privatização da natureza; precarização do trabalho.

ABSTRACT

The process of capitalist accumulation has undergone to a set of transformations that deserve a deeper look in its main singularities. Starting from the social totality, we cannot obscure the discontinuous aspects and articulations reflected in the territories. Here is an axis of the present text: to establish an interpretative line between contemporaneous forms of accumulation and the commodification of nature, responsible for intensifying the precariousness of the ones-who-live-

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Presidente Prudente-SP. Professor de Geografia no Estado da Paraíba. Membro pesquisador do Centro de Estudos em Geografia do Trabalho – CEGeT/FCT/UNESP.

from-work. From financialization, a new value production geography emerges, as the geographic export of capital expands the privatization of common goods, the expropriations and uneven production from the territories, reinforces field conflicts between the subjects and globalized fruit companies in the northeast semi-arid region. Secondary and primary data, examined in the light of a theoretical lexicon, are able to show the territorial repercussions of the capital crisis.

Keywords: Financialization; privatization of nature; precarious work.

RESUMEN

El proceso de acumulación capitalista ha sufrido una serie de transformaciones que merecen profundizarse en sus principales singularidades. A partir de la totalidad social, no podemos ocultar el carácter discontinuo y las articulaciones reflejadas en los territorios. Aquí hay un eje del presente texto: establecer una línea interpretativa entre las formas contemporáneas de acumulación y la mercantilización de la naturaleza, responsables de intensificar la precariedad de la clase que vive del trabajo. De la financiarización, surge una nueva geografía de la producción del valor, a medida que la exportación geográfica de capital expande las privatizaciones de los bienes comunes, la producción desigual de los territorios y expropiaciones, reforzando los conflictos territoriales entre sujetos y las empresas de frutas globalizadas en la región semiárida del noreste. Los datos secundarios y primarios, examinados a la luz de un léxico teórico, pueden mostrar las repercusiones territoriales de la crisis de capital.

Palabras clave: Financiarización; privatización de la naturaleza; trabajo precario

INTRODUÇÃO

Estamos diante de um capitalismo voraz, destrutivo e flexibilizador, que para garantir sua marcha expansionista, redefine constantemente as formas de apropriação da natureza e relações de trabalho inerentes ao território. Nesta fase contemporânea do capitalismo financeirizado, os mecanismos de flexibilização de controle do trabalho e da natureza expressam cada vez mais o *destrutivismo imanente do capital* (MÉSZÁROS, 2007; 2015; HARVEY, 2004). Isto é, tal racionalidade está propensa a manter a “loucura da razão econômica” (HARVEY, 2018), a despeito do atendimento das necessidades mais elementares à reprodução humana.

Neste contexto, com a reestruturação produtiva observada no capitalismo dos anos 1970, quando se constituiu um conjunto de alterações intencionadas a garantir os processos amplos e flexíveis de acumulação e reprodução do capital, ocorreram diversos rebatimentos sobre a natureza e sobre *totalidade do trabalho vivo* (ANTUNES, 2018). Assim sendo, não só se intensificaram as privatizações dos bens naturais como também, em consequência disso, potencializaram a espoliação, o descarte de seres humanos e o desemprego crônico.

Tal alteração constante nas formas de acumulação trouxe consequências para a classe trabalhadora envolvida nos diversos setores produtivos. A nova morfologia que resulta de tais reconfigurações se expressa territorialmente e pode ser sintetizada no conceito de *plasticidade do trabalho* (THOMAZ JUNIOR, 2009). Este significa que, diante dos processos de precarização que toma proporções mundiais e adquire particularidades, muitos sujeitos imersos nos territórios de apropriação capitalista não veem alternativas de ganhar a vida sem que para isso tenham de se sujeitar, simultaneamente, as diversas atividades laborais, mal remuneradas, insalubres e com vínculos trabalhistas precarizados ou inexistentes (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Desse modo, a apropriação territorial dos recursos naturais e a constante redefinição territorial e social do trabalho constituem em evidências das combinadas alterações ocorridas no âmbito do *sociometabolismo do capital* (MÉSZÁROS, 2007), seja porque este vincula cada vez mais os processos de financeirização às formas predatórias de acumulação, nos mais diversos territórios, seja porque estabelece a precarização generalizada das condições de vida e de trabalho como condição *sine qua non* da reprodução do capital.

Assim, o presente artigo buscou refletir sobre as transformações ocorridas nos processos de acumulação do capital, com o intuito de apreender os rebatimentos que tais mudanças exerceram na relação sociedade-natureza, em âmbito geral, para que entendamos a peculiaridade do processo instituído pelo modelo de desenvolvimento adotado no campo brasileiro e, de modo especial, pelo *agrobidronegocio* fruticultor no semiárido do nordestino. Concebemos esse conceito por entendermos que a ação do capital se dá de forma articulada ao se apropriar dos bens naturais com vistas à otimização de lucro.

Diante da própria natureza descontínua e desigual atrelada aos processos de acumulação, buscamos evidenciar, através de evidências empíricas, que em alguns setores produtivos como a fruticultura mundializada, existente em Petrolina-PE, semiárido do Nordeste brasileiro, o capitalismo assume uma característica muito mais destrutiva e predatória tanto para a natureza quanto para os sujeitos.

DO FORDISMO ÀS VIOLENTAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Pelo menos até a segunda metade do século XX, o fordismo significou uma nova

forma de organização da produção e do consumo que se colocou enquanto totalidade da reprodução do capital e da vida. Além de incorporar todo o desenvolvimento tecnológico, herdado do século XIX, se constituiu enquanto processo de controle social do trabalho pelo capital, tanto no âmbito da produção de mercadorias quanto na reprodução do trabalho. Ou seja, assumiu dimensões tanto materiais, a partir de condições objetivas, a exemplo da produção em série, quanto consolidou subjetivamente a sociabilidade do capital cuja finalidade era cristalizar um adestramento dos sujeitos aos processos produtivos (HARVEY, 2003).

Neste sentido, o fordismo expressou-se enquanto complexo material-ideológico, cumprindo um papel significativo para redefinir as formas de produção, de consumo, dos costumes, dos estilos de vida, bem como reconfigurou a organização geográfica, urbana e rural; isto é, foi responsável por estabelecer uma espacialidade diferencial em função da acumulação (MOREIRA, 2016). Esta perspectiva também é compartilhada por Harvey (2003) à medida que para ele:

A disciplinarização da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital [...] é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que tem de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais (HARVEY p. 2003, p.119).

Ora, esta maneira totalizante de produzir a vida material, bem como universalizar uma ideologia hegemônica através de valores fundados a partir de princípios de uma cultura de massa, permitiu ao fordismo estar articulado a um tipo específico de regulação e intervenção estatal, marcada de modo geral pelo keynesianismo. Por tal razão, muitos autores vão denominar de fordismo-keynesianismo o período que se estendeu do fim da segunda guerra mundial até os anos 1970, quando, em paralelo ao *boom* do crescimento econômico e das iminentes pressões da classe trabalhadora, foi parcialmente instituído um Estado de bem-estar social, restrito aos países de capitalismo central (HISRCH, 2010; HARVEY, 2003).

Tal momento histórico foi caracterizado por um forte ideário de um Estado intervencionista, cujas responsabilidades consistiam em garantir uma relativa seguridade

social, com as condições básicas de vida (saúde, educação, emprego etc.), devido às pressões sociais advindas das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras no contexto da Guerra Fria, quando existia a eminente ameaça soviética ao bloco de influência capitalista. Entretanto, os ganhos advindos com o *Welfare State* representaram conquistas seletivas, tanto espacialmente – por se restringirem a um pequeno grupo de países –, quanto temporalmente, pois devido à crise do capital e, com ela, a onda de flexibilizações, este Estado de bem-estar social tendeu a entrar em crise duradoura (ANTUNES, 2009, 2018).

Gramsci foi pioneiro ao mostrar que o fordismo representava uma totalidade permeada por várias dimensões da vida, visando estabelecer uma economia programática, articulada ao modo de produção-consumo de mercadorias, mas, simultaneamente, se referia ao surgimento de um novo *ser social* gestado pelo modelo produtivo. Desse modo, em suas palavras, percebemos que “os novos métodos de trabalho se tornaram indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro” (GRAMSCI, 2015, p. 266).

Assim, além de buscar claramente racionalizar os processos de trabalho, a partir da implementação de um sistema técnico-científico, constituído por um maquinário sofisticado, tal iniciativa produtiva contribuía para intensificar os ritmos de atividade e cuidou em adequá-los a uma moralidade que coagia os sujeitos ao trabalho. Isso significou, de acordo com Gramsci (2015, p. 266), “o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com a rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem”, que pode ser sintetizado na cínica expressão de Taylor ao comparar o trabalhador a um “gorila amestrado” como lembrou o autor citado.

O fordismo se manteve hegemônico através de um modelo produtivo que buscava reduzir a vida dos trabalhadores ao modelo fabril, como ilustra o filme “Tempos modernos”. A partir do estabelecimento de determinado nível de pleno emprego e de certa seguridade social (lembremos: seletiva à Europa), tal modelo manteve o compromisso capital-trabalho razoavelmente firme, através da combinação entre crescimento econômico e melhorias relativas nas condições de vida, sobretudo no centro do capitalismo. Entretanto, com a tendência decrescente da taxa de lucro e a iminente ameaça à hegemonia capitalista, combinadas com o acirramento das lutas sociais dos fins dos anos 1960, a reestruturação se estabeleceu enquanto projeto de classe que buscou redefinir os processos

produtivos, de apropriação da natureza, as relações de trabalho e as formas de organização política (MÉSZÁROS, 2007; ANTUNES, 2009; HARVEY, 2014; THOMAZ JUNIOR, 2009, 2010, 2015, 2017; ALVES, 2010).

Numa análise ampla dessas mudanças, Harvey (2003) pondera que a reestruturação produtiva, intensificada nos anos 1970, por uma espécie de *estagflação*, e combinada com uma crise de *sobreacumulação*, fez o capital buscar novas saídas que garantissem a permanência de seu crescimento e lucratividade, cada vez mais decrescente com a rigidez do fordismo. Deste modo, “o núcleo essencial do regime fordista” se manteve ao menos até 1973, quando as formas de um trabalho sindicalizado e com relativa seguridade social tendeu a ser substituído por um avassalador processo de desmonte tanto das formas de produção quanto dos mecanismos de regulação.

A materialização desigual com que tal processo se expressa territorialmente (SMITH, 1988), permite-nos entender a especificidade do regime flexível estabelecido no Brasil e na América Latina, atualmente, enquanto particularidade de um capitalismo global (OLIVEIRA, 2013). Neste caso, sob a hegemonia do capital financeiro e das crises de *sobreacumulação*, que atingem diferenciadamente o espaço geográfico mundial, se ampliam as formas brutais de acumulação em diversas regiões e territórios.

O capital tende a converter em mercadoria espaços naturais e artificiais (rodovias, ferrovias, aeroportos, canais de irrigação, hidrelétricas etc.) para atender aos intentos da acumulação. Como resultado dessa investida, o capital financeiro coloca milhares de seres humanos num estado de insegurança constante, na medida em que tais intervenções geram um conjunto de impactos sem precedentes para diferentes sujeitos ligados ao território (HARVEY, 2004).

Para que entendamos o contexto dos megaprojetos de irrigação que têm transfigurado o semiárido nordestino, especialmente nos últimos 40 anos, é preciso situá-los no âmago dos agentes supranacionais, os quais orquestram um ordenamento territorial compatível com os imperativos financeiros. Desse modo, a quantidade de projetos financiados pelo Banco Mundial (BM), destinados ao Brasil, bem como nos impactos decorrentes de tais investimentos são elucidativos. Observemos:

Entre 2004 e 2013, o Banco Mundial aprovou o financiamento de 153 projetos no Brasil, dando prioridade [...] aos setores de “Administração

pública, administração da lei e da justiça”; “Agricultura, pesca e silvicultura”; e “Água, saneamento e proteção contra inundações”. **Em 42 projetos, 27,5% do total, há evidências de que pessoas perderam suas casas, terras ou empregos.** Desses, **57% projetos são ligados ao setor de água, saneamento e proteção contra inundações.** Pelo menos 10.094 brasileiros sofreram as consequências negativas desses projetos, que custaram cerca de US\$ 7,4 bilhões ao banco. As informações são de um levantamento realizado pelo ICIJ com dados disponíveis no site do Banco Mundial. De acordo com a pesquisa, **o Brasil é o segundo país com maior número absoluto de projetos que foram financiados pelo banco em que pessoas sofreram impactos negativos,** ficando atrás apenas da China, com 112 projetos (BARROS; AFIUNE, 2015)².

A partir do momento em que os meios essenciais responsáveis pela reprodução da vida de populações inteiras são convertidos em mercadorias, o resultado é uma expropriação em massa dos territórios, convertendo milhares de pessoas em mão de obra “livre” a ser explorada de forma precária e intensa, seja nas fazendas, na indústria civil, nas carvoarias, no corte da cana de açúcar e/ou na fruticultura, de modo a ampliar o fenômeno da plasticidade do trabalho enfatizado por Thomaz Junior (2009), (2010).

É neste sentido que, segundo Harvey (2004), a acumulação por espoliação contribui para resolver parcialmente o problema de superacumulação em favor do capital, ao permitir liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo, pois constitui, diante das crises enfrentadas pelo capital, uma verdadeira válvula de escape para a acumulação capitalista, a despeito da expropriação massiva que causa ao conjunto de populações e trabalhadores(as).

Neste contexto, o Brasil se inseriu na divisão internacional do trabalho, dando continuidade ao modelo agroexportador que deriva da “modernização conservadora”, submeter o campo ao capital agroindustrial-financeirizado, o que ampliou formas de degradação ambiental, a concentração da terra e da água, o controle e precarização do trabalho, bem como intensificou os mecanismos violentos atrelados ao processo de acumulação ora descritos à luz do conceito de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). Este pressuposto teórico contribui significativamente para entendermos o caráter predatório assumido pelo capitalismo contemporâneo, especialmente o que corresponde as particularidades materializadas no semiárido nordestino e no estado de Pernambuco,

² Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Obras-do-Banco-Mundial-deixam-comunidades-do-sertao-do-Ceara-sem-agua-potavel/3/33371> > Acesso: 25 de abril de 2017.

através das obras de irrigação.

AS PARTICULARIDADES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA FRUTICULTURA DO SEMIÁRIDO DO NORDESTE

A fruticultura irrigada que se instala na região semiárida do Nordeste brasileiro segue os padrões hegemônicos estabelecidos pelo capital, apresentando descontinuidades e *hibridismos* nas formas de acumulação (OLIVEIRA, 2018), o que significa apropriação de valor por diferentes vias, seja a mais-valia clássica, seja a incorporação de renda da terra. Além de grandes demandas por novas terras e de uma disponibilidade crescente de recursos hídricos necessários à sua expansão, trata-se de uma atividade que envolve grandes empresas nacionais e internacionais, as quais guiam seus interesses para o atendimento do mercado externos, bem como conta com uma articulação indispensável das estruturas institucionais do Estado para sua efetivação.

O semiárido corresponde a um espaço complexo onde se localizam diversos tipos de empreendimentos empresariais, ligados ao setor de produção-exportação agrícola, bem como de atividades ligadas à siderurgia, mineração, carcinicultura etc. Além disso, conta com as regalias de uma região de isenção fiscal, na qual os diferentes grupos que aí se situam contam com outros tipos de políticas implementadas via Ministério da Integração Nacional (MI), as quais contribuem com a disponibilização de terras e águas (subterrâneas e superficiais), que são destinadas para serem “superexploradas” pelos diferentes setores agroindustriais.

Os Perímetros Irrigados (PIs) correspondem a um exemplo desta tendência. Expressam a marca do intervencionismo estatal e da ofensiva do capital sobre os bens naturais, característica típica da nossa era neoliberal. A criação de um verdadeiro complexo ligado ao mercado de frutas se consolidou a partir da ação de órgãos de planejamento, tais como: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), criados, respectivamente, em 1945 e 1967, para viabilizar toda a infraestrutura e as condições institucionais necessárias à garantir a apropriação capitalista dos recursos naturais.

Atualmente, existem 36 PIs coordenados pelo DNOCS, distribuídos em 6 Estados. Além desses, há 34 PIs, em plena produção, 6 em fase de implantação e 3 em fase de

estudos, que totalizam 43 PIs, sob a tutela da CODEVASF. No total essa área irrigada mais de 95 mil hectares de área irrigada, com destaque para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco, onde estão territorializados os principais grupos empresariais.

Na região do sub-médio do rio São Francisco, merece destaque Polo Juazeiro-Petrolina, que compõe um grande complexo agroindustrial e de produção de frutas (*in natura*) para exportação, sobretudo com destaque para a uva e a manga, destinadas normalmente para a Europa e para os EUA (SOUZA, 2015; OLIVEIRA, 2011). Sua implementação iniciou-se ainda nos anos 1968, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (FURTADO, 1981), ao instalar os primeiros PIs, denominados de Bebedouro e Mandacaru³. Estes, não seguiram inicialmente uma lógica empresarial, pois constituíam experimentos do que viriam a ser os projetos criados a partir dos anos 1980, quando assumiram elementarmente um caráter capitalista, pois como vimos, criaram as condições para territorialização de várias empresas estrangeiras e nacionais cuja lógica era o mercado internacional.

Conforme a Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco VALEEXPORT (2017), a atual área de cultivo irrigado implantado no Polo Juazeiro-Petrolina, chega a 120 mil hectares, com predominância de frutas, cana de açúcar, tomate, cebola e demais hortaliças, correspondendo a uma produção de aproximadamente 1 milhão de toneladas, por ano. Tais atividades envolveriam cerca 240.000 empregos diretos e 960.000 empregos indiretos seja no trabalho no campo de frutas e/ou na embalagem nos “*packings houses*” e câmaras frigoríficas, os quais representam, respectivamente, um investimento da ordem de US\$ 58,5 milhões e US\$ 65,4 milhões. Como veremos mais adiante, estes números, em muitos casos, omitem processos de precariedade instituída pelo modelo produtivo. (Tabela 1).

Tabela 1. Exportações de Uva e Manga do Vale do São Francisco

UVA (Toneladas)				MANGA (Toneladas)		
Ano	Vale	Brasil	Partic.	Vale	Brasil	Partic.

³ Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/polos-de-desenvolvimento-1/juazeiro-petrolina>>

1997	3.700	3.705	100%	21.500	23.370	92%
1998	4.300	4.405	98%	34.000	39.185	87%
1999	10.250	11.083	92%	44.000	53.765	82%
2000	13.300	14.000	95%	57.200	67.000	85%
2001	19.627	20.660	95%	81.155	94.291	86%
2002	25.087	26.357	95%	93.559	103.598	90%
2003	36.848	37.600	98%	124.620	133.330	93%
2004	25.927	26.456	96%	102.286	111.181	92%
2005	48.652	51.213	95%	104.657	113.758	92%
2006	59.138	62.251	95%	105.410	114.576	92%
2007	78.404	79.081	99%	107.812	116.047	93%
2008	81.595	82.242	99%	117.517	133.724	87%
2009	54.476	54.559	99%	92.628	110.202	84%
2010	60.774	60.805	99%	99.002	124.694	79%
2011	59.339	59.391	99%	105.856	126.430	83%
2012	51.965	51.995	99,90%	121.334	127.002	96%
2013	43.085	43.180	99,70%	115.044	122.009	94%
2014	28.338	28.348	99,96%	112.809	133.033	85%
2015	34.339	34.384	99,87%	131.538	156.337	84,14%
2016	30.648	30.827	99,47	131.088	154.211	85,01%

Fonte: Adaptado de Secex/ VALEXPOR (2017).

Como se percebe, atrelados à lógica de exportação, os PIs converteram o Vale do São Francisco em um arranjo territorial, moldado à maneira da competitividade do mercado internacional. Desse modo, o desafio teórico consiste em descortinar o ofuscado processo de desregulamentação permitiu a territorialização empresarial nestas áreas, bem como significou, simultaneamente, a desterritorialização e a espoliação dos(das) trabalhadores(as) e de populações rurais pela fruticultura capitalista, de modo que o interesse privado se sobressaiu ao interesses dos *bens comuns* com reestruturação estabelecida pelos PIs no Vale do Rio São Francisco.

Historicamente, é a partir do Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e no Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) que houve um redirecionamento da política governamental de irrigação nos anos 1980, convertendo-se cada vez mais a irrigação num negócio. De acordo com o relatório do Ministério da Integração Nacional (2014), a partir

de então, a CODEVASF tomaria a dianteira na execução dos projetos de irrigação realizados durante o Governo Sarney, previa a ampliação da área irrigada nos perímetros públicos. À época, tal meta consistia em irrigar 1 milhão de hectares até 1990, sendo 410 mil ha em Projetos Públicos de Irrigação (BRASIL, 2014)⁴.

Nos anos 1990, a hegemonia neoliberal na orientação das políticas econômicas provocou uma nova característica às políticas de irrigação. No Nordeste brasileiro, se fortaleceram os investimentos advindos do Banco Mundial (BM), que logo estabeleceu outra orientação político-econômico-ideológica dos investimentos neste setor. Com efeito, houve a criação de prerrogativas jurídicas para viabilizar e fortalecer iniciativas privadas, através do estabelecimento dos processos de emancipação/privatização dos Perímetros Públicos, algo muito semelhante ao que está ocorrendo atualmente com as áreas federais de assentamentos rurais em todo o Brasil.

Sob este julgo, os PIs que antes administrados plenamente pelo Estado, com o advento do chamados Distritos de Irrigação – entidades de direito privado –, passaram gradativamente à gestão integral dos empresários⁵. Os donos do capital privado, agora, estavam no controle da terra, das águas e das infraestruturas, outrora construídas com recursos públicos. Com essa flexibilização da gestão e das formas de concessão, buscou-se estabelecer uma reorientação do papel estatal ao torná-lo um mero facilitador dos investimentos privados como sugere os documentos oficiais. Vejamos como tal fato se expressa no documento abaixo:

A terra será transferida ao vencedor da licitação sem nenhum custo e o concessionário terá duas principais responsabilidades: garantir que a terra esteja plenamente ocupada em até 6 anos a contar da assinatura do contrato e que no mínimo 25% das terras irrigáveis serão alocadas para pequenos agricultores que deverão ser integrados à cadeia produtiva da(s) empresa(s) agrícola(s) que venha(m) a ocupar o restante do projeto. O parceiro privado será remunerado pela venda de água (tarifas a serem pagas pelos usuários) e pelo pagamento da contraprestação pelo governo.

[...] a terra não pertence ao produtor, mas à União, dificultando o acesso ao crédito rural, pois os bancos, atualmente, não aceitam os contratos de CDRU como garantia para obtenção de financiamentos agrícolas. No modelo

⁴ Ministério da Integração Nacional-MI. Desafios para a transferência da gestão dos Perímetros públicos de irrigação – proposta para efetiva emancipação. Brasília/out, 2014.

⁵ Ver BRASIL (2014).

proposto, o foco da ocupação visa grandes empresas âncoras, relegando os pequenos e médios produtores ao regime de produção integrada, para ocupação de 25% da área do Projeto. A maioria dos riscos é inerente aos irrigantes, mas é apropriada pelo integrador. **As grandes empresas deverão ter o apoio da Política Nacional de Irrigação para a exploração de áreas privadas**, como acontece em Cristalina/GO, Mucugê-Ibicoara/BA e Sorriso/MT, que são grandes polos de desenvolvimento do agronegócio. (BRASIL, 2014. Grifo nosso).

Como observamos, os agentes financeiros não se limitam a financiar, mas exercem o papel de formatadores das políticas desenvolvidas nos diversos países periféricos, os quais seguem os moldes e os imperativos das transformações inerentes ao sistema do capital como orientação para as diferentes políticas públicas (PEREIRA, 2009). Tal aspecto é visível na concepção do projeto de implantação do PI Pontal-PE, à medida que percebemos uma ampla modificação na forma de funcionamento da política de irrigação, ancorada no sistema de PPP, garantindo acesso à terra por empresas privadas, bem como viabilizando o sistema de integração de pequenos produtores à cadeia produtiva dos grandes empreendimentos.

Além disso, outro fato que chama atenção refere-se aos processos de mercantilização da natureza, promovidos pela implementação dos PIs. A propaganda explícita que exalta as vantagens territoriais, ambientais-climáticas, de infraestrutura e locais, destinadas a atrair diversos empreendimentos privados, evidencia que o território é colocado a venda para os detentores do capital, como podemos acompanhar nos documentos oficiais:

O projeto de irrigação Pontal está localizado no Município de Petrolina, na região semiárida do Estado de Pernambuco no nordeste do Brasil (Vale do rio São Francisco). A região de Petrolina atualmente exporta mais de US\$ 100 milhões em frutas/ano, em sua maior parte em terras irrigadas. A região do Pontal **possui uma infraestrutura logística estabelecida para exportação, incluindo três portos e estradas em boas condições**. Além disso, o aeroporto de Petrolina, a aproximadamente 40 km do Pontal, já está administrando aviões de carga que exportam frutas para outros continentes [...] é uma oportunidade atrativa para empresas de desenvolvimento de infraestrutura se envolverem em uma concessão de longo prazo para construção e operação de infraestrutura de irrigação no setor

de agronegócio brasileiro, que se encontra em fase de rápido crescimento. É também uma oportunidade única para investidores do agronegócio se posicionarem em uma região **com vantajosas condições para produção de frutas, tanto em termos de clima e disponibilidade de água como de uma estabelecida cadeia logística para exportação à mercados internacionais**” (Grifo nosso)⁶.

Em suma, a apropriação intensiva da natureza através dos PIs provocou a racionalização instrumental desse território com a finalidade centrada na acumulação de capital, desconsiderando qualquer tipo de especificidade natural/climática, bem como dos modos de vida existentes no semiárido. Com efeito, inverteu-se a lógica da *convivência* praticada e experienciada por camponeses, indígenas e quilombolas, na qual o ser humano deveria reinventar formas criativas e sustentáveis de se relacionar com a natureza, por uma noção destrutiva do *combate à seca*, colocando os sujeitos em conflito com o ambiente natural e desencadeando uma série de precarizações do trabalho e da vida.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FRUTICULTURA EM PETROLINA-PE

A dinâmica expressa pela geograficidade concreta do trabalho enfatizada por Moreira (2002) permite-nos enxergar um conjunto amplo de relações que se manifesta territorialmente nas áreas de fruticultura, o que tem possibilitado apreender diferentes dimensões do mesmo processo que permeia os sujeitos.

Por exemplo, a *feminização* do trabalho nas fazendas de uva mostra que, ao capital interessa uma força de trabalho feminina, por ser dotada de determinados conhecimentos, habilidades e costumes que são passados há gerações, como no exemplo da mãe que ensinava as filhas a realizar atividades meticulosas e indispensáveis a este tipo de cultivo. Estes saberes, ao mesmo tempo indispensáveis à reprodução social dos sujeitos, são muitos funcionais ao capital fruticultor, à medida que busca se apropriar das capacidades físicas e cognitivas dos sujeitos, seja através dos contratos por empreitada, dos assalariamentos temporários e permanentes etc. com vistas a ampliar seus lucros. Por isso, não podemos desvincular a questão de gênero enquanto um dos aspectos indispensáveis ao

⁶ Documento disponível em: <http://ppp-projetopontal.codevasf.gov.br/licitacoes/ppp-projetopontal>.

entendimento dos processos de acumulação, pois para que compreendamos a complexas formas de exploração e resistências à classe trabalhadora, temos que considerar a maior intensidade recaídas sobre o *ser mulher-trabalhadora*, tanto na produção quanto na reprodução (FEDERICI, 2017; ANTUNES, 2005.), como descreve uma trabalhadora das plantações de uva abaixo.

A gente levanta 4 e meia todo dia, quatro hora. As vezes a gente perde a hora. Fazer comida para comer boia fria, todo dia. Aqui não (na empresa de pequeno porte onde trabalha). Aqui onde nós estamos trabalhando é só trazer merenda (lanche das nove horas). Mas nessas outras empresas aí é quatro hora (a saída de casa), porque seis hora o ônibus está passando e se você não estiver no ponto, fica. E é boia fria que come! Aqui não, para nós aqui estar numa boa. A gente trabalha só na produção, todo dia meio dia estamos em casa, a gente come comidinha, deixando quem faça, come quente. Quem tem filho [...] faz! Aí quando a gente chega lá está quentinha. (Entrevista com trabalhadora assalariada na fruticultura. Trabalho de campo, abril de 2016).

Devemos considerar que a maioria da força de trabalho explorada pela fruticultura, consiste em mulheres e homens migrantes que se deslocaram para essas atividades, devido à inexistência de alternativas nos lugares de origem, como pode ser visto nos relatos a seguir.

Em uva eu faço tudo! Aprendi tudo, da raiz até a ponta do ramo em cima [...] A única coisa que eu não fiz foi aplicar veneno. Eu ensinei meus sobrinhos a trabalhar nas roças. (ela detalha o manuseio na uva). Eu começava de sete hora, parava de doze, pegava de uma e parava de cinco. Na colheita eu não tinha horário não. Porque eu sabia embalar e eu era dentro do PEC, embalando. Mas se tivesse poucas pessoas eu saia até uma hora das roças do povo pra casa. Aqui (Petrolina) foi em várias que eu trabalhei (Entrevista – Acampada Dom Tomás, Petrolina-PE, abril de 2016).

O trabalho por diária é muito comum nas áreas de fruticultura, sobretudo em pequenas empresas, onde a relação trabalhador e empregador se dá de forma similar às relações desenvolvidas nas fazendas dos antigos coronéis. Nestas jornadas, como vimos, geralmente são estabelecidas metas de produtividade, especialmente nas épocas de colheitas, quando a fruticultura tende a empregar um número maior de pessoas *intermitentes*, o que serve para enaltecer a ideologia do emprego e do desenvolvimento, mas que, por outro, amplia a exploração, flexibilização dos vínculos e ampliação das metas de produtividade como relata outra de nossas interlocutoras.

*[...] primeiramente era pesada as metas que ele dava. Porque para raleio é uma lateral completa, o pinicado tem de ser uma lateral completa, quando tá muito apertado aquele serviço ele quer que a gente tire uma lateral e meia por dia a gente tira à força, mas tira. E na parte de ele ser um patrão bom. Ele não é um patrão de estar diariamente com a gente na área, ele não é de reclamar a gente no campo [...] ele saía e dizia: olha dona [...], **estou indo para a rua, tá na mão de vocês!** Então ele ia, ele voltava e o trabalho dele tava todo feito, mas é porque de uns dias desses para cá puxou muito. Então a pessoa cansa, porque eles tem que ver que um funcionário ele quer trabalhar, porque é o nosso direito trabalhar para sobreviver, mas tem que ter a meta certa dele dar aquela meta. Ele puxou demais e quando puxa muito para a gente que já tá avançando a idade não tem como não, tem que parar pra descansar (Entrevista com trabalhadora da uva, abril de 2017).*

Como percebemos nos relatos acima, as empresas incorporam a lógica de controle dos sujeitos por duas vias indissociáveis: age tanto no plano objetivo quanto subjetivo. Ao atribuir a responsabilidade da “eficiência do trabalho” para tais indivíduos, sugere que sucesso da empresa e, manutenção dos empregos, depende do desempenho do(a) trabalhadora(a)s assumirem, tanto pelo cumprimento das metas quanto pela moralidade positiva do trabalho, a postura de um sujeito dócil e eficaz como sugere a expressão: “*tá na mão de vocês*”.

Como lembrava Gramsci (2015), à sua época, os trabalhadores eram coagidos a assumir a figura de uma “máquina”. Entretanto, com o advento do regime flexível que assistimos, percebemos a tentativa de fazer os sujeitos tomarem como seus os objetivos empresariais, sugestivamente expressos a partir dos termos de funcionário “colaborador”, “versátil” e “polivalente”, que hoje escutamos quase que de modo estonteante, funcionando enquanto tática empresarial de adestramento, o que tem levado os sujeitos sociais a identificarem não apenas suas funções laborais, mas a todas as dimensões de suas vidas com as empresas, de modo a reduzi-las ao trabalho. Tal característica, dada às condições sutis de dominação ideológica atual, caminha para que todo o tempo de vida da classe trabalhadora seja convertido em tempo de trabalho, tal como observou Marx. A não ser que movimentos de massa reflitam e criem estratégia para barrar essas tendências, os resultados físicos e psicológicos podem ser dramáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos diferentes rebatimentos territoriais e sociais derivados dos

processos de acumulação capitalista, esperamos ter contribuído com o debate de como se reconfigura a estrutura de dominação e acumulação, no espaço-tempo, sobretudo com o advento da financeirização. Isso significa compreender que aspectos das contradições imanentes do próprio capital, a exemplo do *crescimento infinito* (HARVEY, 2016), impelem inexoravelmente à apropriação privada das riquezas sociais do conjunto de trabalhadores, assim como a um destrutivo processo de privatização dos *bens comuns*.

Nas trilhas das descobertas de Marx, sobre as leis da concorrência que levariam necessariamente aos monopólios, Lênin (2012) retomou as características essenciais para antecipar a tendência que seria predominante do capitalismo na segunda metade do século XX: a passagem da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro, do qual deriva não só as exportações de *excedentes de capitais*, mas também a dominação territorial. As consequências disso foram sentidas principalmente nos processos violentos de colonização e de *neocolonialidade* contemporâneos (PORTO-GONÇALVES, 2018).

Atualmente, as grandes montas de capitais *sobreacumulados* que, de acordo com Harvey (2016) atingirão patamares nunca vistos, demandarão oportunidades lucrativas para cerca de US\$ 3 trilhões de dólares adicionais até 2030. Algo bem menor que os US\$ 6 bilhões necessários nos anos 1970. Desse modo, a *produção desigual do espaço* tenderá subjugar cada vez mais os diferentes territórios, as fontes de bens da natureza e a diversidade de sujeitos sociais aos imperativos da acumulação.

A partir de uma articulação escalar e multidimensional, característica da ciência geográfica, torna-se possível interpretar tanto o capitalismo brasileiro enquanto forma particular do movimento universal de acumulação, tal como sintetizou Oliveira (2018) através da ideia de capitalismo *sui generis*, que articula ao mesmo tempo o *arcaico* e o *moderno* em diversas esferas sociais.

Desse modo, refletimos sobre as articulações de setores produtivos como a fruticultura mundializada do semiárido nordestino, a privatização da natureza e do território, capitaneada pelas grandes obras de infraestrutura (canais de irrigação, adutoras, transposições, Portos, ferrovias etc.) e as diversas formas de precarização do trabalho, enquanto expressões concretas desse capitalismo espoliador, para o qual, paradoxalmente, a catástrofe socioambiental, articulada à destruição de modos de vida, torna-se oportunidade lucrativa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Trabalho, capitalismo global e “captura da subjetividade”: uma perspectiva crítica. In: ALVES, G. **O Avesso do Trabalho II**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 41-59.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. ANTUNES, 2005,
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BARROS, Ciro; AFIUNE, Giulia. Obras do Banco Mundial deixam comunidades do sertão do Ceará sem água potável. In: **Carta Maior**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Obras-do-Banco-Mundial-deixam-comunidades-do-sertao-do-Ceara-sem-agua-potavel/3/33371>> Acesso: 25 de abril de 2017.
- BRASIL. **Programa Mais Irrigação vai beneficiar 200 mil novos hectares na região Nordeste**. Notícia disponível em: www.brasil.gov.br. Publicada em 26/12/2013. Acesso em 04/10/14.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional-MI. **Desafios para a transferência da gestão dos Perímetros públicos de irrigação – proposta para efetiva emancipação**. Brasília/out, 2014.
- FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. In: Novos estudos CEBRAP. Nº 1, 1, São Paulo: Dez. 1981. p.12-19.
- FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Temas de cultura, ação católica. Americanismo e fordismo**. (Edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Henriques) Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo Edições Loyola, 2014.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 201p.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **A Loucura da Razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

- HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**. Rio do Janeiro: Revan, 2010.
- LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **Crise Estruturaldo capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **A Montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MOREIRA, R. **Teses para uma geografia do trabalho**. Revista Ciência Geográfica, Bauru, v. 2, n.22, p.19-23, ago. 2002.
- MOREIRA, R. **A Geografia do espaço-mundo: conflitos e superações no espaço do capital**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.
- OLIVEIRA, F. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, RENATA. S. **Entre o Estado, o mercado e a reprodução social: organização dos pequenos produtores do Polo irrigado Petrolina/Juazeiro**. Dissertação de mestrado em Geografia. Orientadora: Dra. Josefa de Lisboa Santos. Aracaju: UFS, 2011.
- PEREIRA, J. M. M. **O Banco mundial como ator político, intelectual e financeiro(1944-2008)**. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. (Orientadora: Virgínia Fontes). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: Tensões territoriais em curso**. Bolívia: IPDRS, 2018.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.
- SOUZA, R. A. D. **O Estado e a Parceria Pública Privada no espaço rural In: Revista Pegada – vol. 16, n. 2. Dezembro/2015. pp.344-362. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3758>>. Acesso em 22 de março de 2018.**
- THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 997p. Tese (Livre Docência em Geografia). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2009.
- THOMAZ JUNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANA NETO, J. L. (Org.) **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 473-504.

THOMAZ JUNIOR, A. **Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora.**In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. (Org.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica -Propuestas y desafíos.** Quito: Clacso/IAEN, 2014. pp. 181-198. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/libreria_cm/archivos/pdf_312.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATI, W. A. Trabalho Rural, Degradação Ambiental e Contaminação por Agrotóxicos. In: **Aveso do Trabalho IV**, São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 327

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do Trabalho no Agrohídronegócio. In: **Revista Mercator**. vol.16. Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012017000100219. Acesso 21 de fevereiro de 2018.

VALEXPOR – **Relatório de exportação de frutas do vale do São Francisco.** 2017.

Submetido em Maio de 2020

Aceito em Outubro de 2020